

# **Eixo Terapia Ocupacional e Cultura**

## **Outros Comuns: Mapa inventário participativo como meio para ampliar diálogos sobre a diversidade cultural no território da Pequena África**

*Camila de Azevedo Porto*

*Elza Cristina Cabral Marques*

*Pamela Oliveiros de Medeiros*

*Renata Caruso Mecca*

*Roberta Pereira Furtado da Rosa*

*Vanessa Virginia Garcia de Lima*

Este artigo apresenta a metodologia utilizada pelo projeto de extensão Outros Comuns para viabilizar a acessibilidade cultural de populações marginalizadas às ações de um museu de território na região da pequena África na cidade do Rio de Janeiro. Discute o processo de construção do método e o impacto das ações realizadas para a construção da cidadania cultural das populações envolvidas e para a formação dos extensionistas do projeto.

**Palavras-chave:** cultura, diversidade cultural, acessibilidade

### **INTRODUÇÃO**

No Brasil há movimentos políticos que se pautam na elitização da cultura a partir de uma visão euro/branco centrada, intensificando a precarização das diversas formas de vida e consequentemente dificultando o seu reconhecimento como expressão de cultura e também o acesso à cultura de qualquer indivíduo ou grupo que não se ajuste às perspectivas hegemônicas e dominantes. Frente a essas investidas, o projeto de pesquisa e extensão, através de uma parceria entre duas Instituições de Ensino Superior (IES) e a Secretaria Municipal de Cultura do município, aposta na acessibilidade, na produção de cultura e no fortalecimento das identidades culturais de grupos em situação de vulnerabilidade social e historicamente à margem das políticas culturais. Reconhecemos a pertinência em cooperar para que esses grupos tenham acesso aos variados dispositivos e iniciativas nesse campo.

Esse projeto se desenvolveu desde 2018 em um Museu de Território, numa região com grande importância simbólica para as populações de origem africana. O Museu de Território,

segundo Kaseker (2014), responsabiliza-se pela intercessão e intermediação entre patrimônio e público, respeitando a diversidade de populações, crenças, saberes e experiências, objetivando a inclusão e a acessibilidade. Frente a isso, as ações desse projeto não se restringem ao espaço museológico, mas se desenvolvem no território do entorno. Uma das ações que vem sendo desenvolvida é a construção de um mapa da Pequena África, associada a metodologia do inventário-participativo que será o objeto deste trabalho. Trata-se de uma proposta como uma educação patrimonial sistematizada pelo Iphan na qual as comunidades identificam as referências culturais do território a partir do inventário de locais, expressões e bens materiais e imateriais, que se tornam parte do acervo do museu, assentindo seu valor que ora fora negligenciado ao longo da história (SILVA, 2013; IPHAN, 2016). Como objetivo, pretendemos analisar os impactos desta ação para a participação sociocultural das populações atendidas pelo projeto, para a formação dos extensionistas envolvidos e para a sensibilização da equipe do museu quanto a acessibilidade cultural.

## **METODOLOGIA**

A metodologia envolve a construção de um mapa como potencial cultural e vivencial pela população em vulnerabilidade social moradora da Pequena África, sendo um modo de apropriação, reconstrução identitária e ressignificação dos lugares, atividades, relações e grupos que compõem aquilo que estes identificam como cultura do território. Foi desenvolvido a partir do conceito de inventário participativo e do estudo da obra do artista Arthur Bispo do Rosário, tema de exposição que em outubro de 2018 estava em cartaz no museu.

Para atingirmos os objetivos expostos acima, construiu-se um mapa da região da Pequena África e de antemão marcou-se alguns pontos de localização no dia de abertura da exposição no museu, chamando então os visitantes para participarem da ação. A partir de uma perspectiva decolonial, em que é rompido os processos de dominação sobre memórias de grupos e segmentos sociais historicamente estigmatizados e subalternizados (TOLENTINO, 2018), foi feita a construção de um guia, onde a questão norteadora para os participantes era: "O que você quer deixar para a posteridade?". Essa pergunta disparadora tinha a intenção de demonstrar que, assim como o Bispo fez as suas obras para apresentar a Deus, os participantes deixariam suas marcas no mapa com algo significativo de sua história e do território; seja um desenho, um lugar, um fazer, um objeto ou palavras que descrevem seus sentimentos e suas memórias ligadas ao local em que vivem, trazendo assim referências às suas culturas.

O conceito de sulear foi apropriado a partir do que Campos (1991 apud Freire p.112, 1991) diz: norte é o primeiro mundo. Norte está em cima, na parte superior, sendo assim norte deixa escorrer o conhecimento que nós, do hemisfério sul, “engolimos sem conferir o contexto local”. Ou seja, pela perspectiva euro/branco centrada existente na cultura e pelo medo pelo modo como interfere no acesso dessas populações marginalizadas com isso, fomentamos a participação delas na construção de um acervo itinerante e participativo, composto pelas criações dos moradores ao inventariar suas relações, fazeres e atividades do cotidiano junto ao mapa. E, aliado a metodologia do museu de território (construído “de baixo para cima”, a montagem e exposição do mapa se torna uma ação ainda mais potente.

## **RESULTADOS**

O mapa/inventário percorreu o território a Pequena África ganhando a contribuição de moradores, usuários dos dispositivos de saúde mental e assistência social e participantes de ações ligadas a centros de cultura independentes da região que construíram relações de parceira com o projeto. Além dos visitantes da exposição do Bispo do Rosário.

Após ser feita uma breve explicação sobre o bispo do Rosário e a apresentação da pergunta suleadora para introduzir a proposta, de a comunidade inventariar suas referências culturais, a apreciação da obra do Bispo do Rosário e a contextualização de sua história ativavam o conceito de inventário. Em seguida a pergunta suleadora permitia uma identificação dos participantes com a proposta, conduzindo a um raciocínio de reconhecimento de elementos de sua identidade cultural. Essas memórias foram representadas por símbolos e desenhos feitos no próprio mapa ou fixados a ele.

O produto dessas confecções representa não só o espaço físico demarcado, mas também a interseção de histórias de vida, com suas relações de sociabilidade e culturais, permitindo a visualização de diferentes significados para um mesmo território e em alguns casos o disparo para reflexões sobre o pertencimento e participação na construção desse patrimônio material e imaterial (histórico cultural). Concomitantemente a essa atividade, ocorria debates sobre disputas e direitos a respeito do território, favorecendo, desta forma, a ativação de redes de suporte/pertencimento por meio de reuniões executadas com a participação da comunidade, estudantes, professores e apoiadores.

É importante ressaltar também que os parceiros foram convidados a visitar o museu. Ou seja, foram realizadas visitas mediadas pelo educativo do museu com 2 grupos de parceiros,

sendo eles, os usuários de saúde mental do Hospital Dia e as crianças de uma Ocupação, difundindo assim, a possibilidade de acesso a esse espaço. Diante disso, as visitas desmistificaram o “estar” naquele espaço, visto que muitos não se sentiam pertencentes naquele local e outros mal sabiam de sua existência. Visitar o museu, participar da construção do mapa-inventário e ver sua produção exposta no espaço cultural dinamizou o modo como essas pessoas veem esses espaços, se entendem com pertencentes e produtores de cultura. Por se tratar de um Museu de Território e ter uma proposta de construção de “baixo para cima” existe uma tentativa de que as pessoas que residem e circulam no território participem da construção do museu em suas ações e de seu acervo, se possível suscitar vivências e debates.

## **DISCUSSÃO**

O trabalho em pauta fomentou a promoção de cidadania cultural, entendendo que este é um direito de todos os indivíduos. Pode-se dizer então que houve um reconhecimento da produção no espaço museológico, onde a população local teve acesso a um dispositivo que até então não era reconhecido pela comunidade como uso de todos. Além disso, a ação potencializou o resgate da memória cultural, através da proposta da construção do mapa da Pequena África, no qual os moradores do território e especificamente moradores de uma ocupação residencial que acessamos, obtiveram a possibilidade de se identificar como sujeito pertencente daquela localidade em um panorama físico e social, desenvolvendo novas perspectivas para o futuro, além da consciência de que podem ser protagonistas de um movimento de mudança dessa atual configuração de exclusão e abandono. Esse processo aconteceu de forma gradual, utilizamos o artifício do vínculo, escuta e propagação de conhecimentos. Ao acessar a ocupação, por exemplo, teve-se o cuidado com o espaço de convivência local, para que, desta forma os residentes garantissem seus direitos de moradia a partir da ativação da memória pelo mapa. No decurso dos encontros com a comunidade também aconteciam discussões, trocas de conhecimentos, planejamentos e informes.

O projeto proferido também promoveu acessibilidade cultural, sendo a partir do reconhecimento de manifestações que foram salientadas por meio de pinturas, danças, descobertas, visitas ao museu e conversas que aconteciam durante os encontros, além da observação dos diferentes modos de vida, sendo tudo isso compreendido como patrimônio, referindo-se que tais expressões culturais são de extrema significância para a construção da identidade do território, que necessitam ser respeitadas e perpetuadas.

Com isso, foi possível um fortalecimento coletivo e emancipação dos grupos, a partir do momento que se reconhecem como produtores de cultura. Tal ação foi considerada desafiadora, tendo que vista que existia um sentimento de exclusão e abandono por parte das pessoas que moravam no próprio território em questão, como se determinados dispositivos não fossem pertencentes a eles. Portanto, vale ressaltar que o trabalho foi pautado na escuta e no fortalecimento de vínculos com a comunidade, visando atender suas demandas, sendo estas majoritariamente relacionadas ao acesso a bens e serviços culturais, bem como de reconhecimento e legitimidade de suas referências culturais como patrimônio, para que desta forma houvesse uma elaboração estratégica de acessibilidade no aspecto arquitetônico (sem obstáculos físicos); Comunicacional (excluindo os obstáculos na conversação entre pessoas); Instrumental (sem barreiras na escolha dos materiais utilizados na elaboração do projeto); Atitudinal (extinguindo discriminações, rótulos e estigmas durante a conduta com pessoas); Metodológica (sem impasses no decorrer da elaboração das estratégias de nossa ação); Programática (sem empecilhos relacionados a leis, regulamentações, jurisprudências etc.) (SASSAKI, 1997; BARRETO, 2012).

## **CONCLUSÃO**

No decurso do trabalho explicitado, foi possível acessar crianças, jovens e adultos que se encontravam em situação de vulnerabilidade e em um processo de inúmeras rupturas econômico-sociais, se conscientizando de que são sujeitos singulares produtores de cultura, sendo importantes protagonistas de um território que deve ser explorado e ocupado.

Logo, através do contato com o museu, a história do Arthur Bispo do Rosário, juntamente com a construção do mapa da Pequena África, expectativas e olhares referente a vida, foram se transfigurando. Além de um novo modo de olhar seu território e se sentir pertencente nele e de todo o conhecimento adquirido acerca das histórias desse lugar.

## **REFERÊNCIAS**

BARRETO, M. T.; ALVES, M. B.; MORAIS, G.L.F.V. de. A acessibilidade nas empresas: Percepção dos portadores de deficiência visual inseridos no mercado de trabalho. Accessed February, v. 4, p. 2015, 2012.

FLOÊNCIO, Sônia Rampim et al. Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação. **Brasília: Iphan**, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. **Editora Paz e Terra**, 2014.

KASEKER, D. P. Museu, território, desenvolvimento - Diretrizes no processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP). Dissertação - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia - USP. Saulo Paulo, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 1997.

SILVA, C. F. A atuação participativa entre historiadores e comunidade: processo metodológico de inventário participativo. Rio Grande do Norte, 2013.

TOLENTINO, A. B. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v.1,.1, jan/jul. 2018.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

## **Dança do ventre: arte e terapia**

*Flávia Pereira da Silva*

*Cynthya Grazielle Arruda Santos*

*Renata Batista Marinho de Magalhães*

*Karla Patrícia da Conceição*

*Sibéria Deyse Silva Falcão*

A Terapia Ocupacional é a ciência que estuda a atividade humana, utilizando-a como recurso terapêutico no tratamento e prevenção de limitações físicas e/ou psicossociais. Tendo o corpo como aliado em sua prática pode utilizar a dança como recurso, que acessa além do corpo, as emoções e a vida social. A Dança do Ventre está ligada a rituais de fertilidade da terra e da mulher, e caracteriza-se com movimentos sinuosos e suaves, com movimentos cadenciados de batida e tremido. O objetivo deste trabalho é relatar o trabalho artístico e terapêutico realizado com a dança em um grupo misto de mulheres, com e sem deficiência, e verificar a contribuição da prática da Dança do Ventre em seu dia a dia. Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, caracterizado como um relato de experiência, que descreve a realização das aulas de “Dança do Ventre como Prática Terapêutica”, como carga horária do grupo de estudos “Terapia Ocupacional e Dança do Ventre”. Após as práticas, o grupo de estudo discute os casos, planeja e analisa as aulas de acordo com as demandas do grupo. Durante os encontros, por um período de dois anos, treze mulheres com idade entre dezoito e setenta anos passaram pelo grupo, observou-se nos relatos que o processo da dança tornou as alunas mais conscientes de seus corpos, passando a respeitá-los e aceitá-los, contribuindo inclusive para a diminuição da timidez e melhora da comunicação e criatividade, sugerindo assim, a Dança do Ventre como um recurso Terapêutico, Artístico e de Inclusão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terapia Ocupacional; Dança do ventre; Recurso terapêutico; Inclusão social.



## **INTRODUÇÃO**

A Terapia Ocupacional é a ciência que estuda a atividade humana utilizando-a como recurso terapêutico para o tratamento e prevenção de limitações físicas e/ou psicossociais que interfiram no desenvolvimento e na independência do cliente em relação às atividades diárias. Com objetivo de promoção e manutenção da saúde, o Terapeuta Ocupacional é capaz de orientar a participação do indivíduo em um processo criativo, lúdico, evolutivo, expressivo e produtivo à fim de restaurar, fortalecer e desenvolver novas capacidades e manter o indivíduo funcional no em seu dia a dia (COFFITO,1978).

O Terapeuta Ocupacional tem no corpo um aliado em sua prática, e a dança é um potente recurso terapêutico, esta tem o objetivo de auxiliar o cliente durante seu processo de reabilitação de forma a promover a melhora da qualidade de vida, pois ela é um meio de diálogo e reflexão (CASSIANO,2009). É também um meio de proporcionar a inclusão social de pessoas com deficiência. Incluir, quer dizer fazer parte, criando espaços de interação e construção de conhecimento onde a arte se faz presente (HOLANDA, 1993; OPAS, 2003).

Este relato enfoca a Dança do Ventre (DV), que é uma dança milenar e sofreu influência de vários povos até chegar no que conhecemos hoje. Acredita-se que tenha se originado no Antigo Egito, vinda de rituais ligados à fertilidade da terra e da mulher. É praticada com os pés descalços, firmados no solo e tem como característica movimentos sensuais que envolvem todo o corpo com suavidade e fluidez, alternando com movimentos de batida e tremido (LYZ, 1999; BRAGA, 2008).

O objetivo deste trabalho é, portanto, descrever como a dança do ventre é utilizada como um recurso terapêutico ocupacional em um grupo misto de mulheres, com e sem deficiência, e verificar a contribuição da prática da dança em seu dia a dia.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, caracterizado como um relato de experiência, que descreve a realização das aulas de “Dança do Ventre como Prática Terapêutica”, como carga horária do grupo de estudos “Terapia Ocupacional e Dança do Ventre”. Os encontros ocorrem às sextas-feiras, quinzenalmente, das 15:00 às 17:00

horas. As aulas são ministradas por uma Terapeuta Ocupacional e bailarina e dispõe de três monitoras, sendo uma aluna de graduação em Terapia Ocupacional e duas Terapeutas ocupacionais.

As aulas são estruturadas em três etapas: iniciam-se com a preparação física, que engloba o alongamento; em seguida a prática do ensino da dança, que consiste no conhecimento técnico, composição e exercícios coreográficos; e finalizando com o relaxamento. O ambiente utilizado dispõe de caixa de som, espelho e acessórios típicos da dança do ventre, como cinteiros e véus, além dos figurinos nas apresentações. Depois das práticas o grupo de estudo procede às discussões dos casos e faz a análise das aulas passadas, assim como o planejamento das aulas seguintes de acordo com a demanda do grupo. Dentre os objetivos estão: proporcionar interação de pessoas com e sem deficiência; trabalhar aspectos físicos como amplitude de movimento, coordenação motora e dissociação das cinturas escapular e pélvica; estimular questões relacionadas à feminilidade; e, favorecer o autoconhecimento ao exercitar a discriminação e expressão de sensações, sentimentos e pensamentos. Os registros das aulas foram realizados através de fotografias, vídeos e apontamentos feitos pelas autoras em diário de campo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante os encontros ocorridos ao longo de dois anos, treze mulheres com idade entre dezoito e setenta anos já passaram pelo grupo. Dentre elas, uma usuária de cadeira de rodas juntamente com sua genitora, uma idosa com demência tipo Alzheimer e uma adolescente com Paralisia cerebral. Atualmente, o grupo conta com 5 bailarinas, destas, 2 com deficiência (uma com síndrome de down, 19 anos e uma com sequela de AVC, 33 anos) e 3 sem deficiência (a professora e duas monitoras).

Braga (2008) diz que a dança árabe trabalha os órgãos do baixo ventre, normalizando as suas funções, e os movimentos ondulatórios aumentam a flexibilidade do corpo e massageiam a coluna. Ao observar o componente físico de uma das alunas, foi visto o aumento na amplitude de movimento (ADM) dos membros superiores (MMSS), maior controle de tronco e visível melhora na postura durante a dança, assim como melhor dissociação das cinturas escapular e pélvica. Esta aluna, que tem uma hemiparesia no hemicorpo direito, relatou que antes utilizava somente o lado esquerdo do corpo, e após a DV os dois lados são funcionais dentro de suas limitações, e afirma:

*“Eu senti meu corpo mais leve, mais solto, com mais malemolência[...]*”

As aulas são realizadas em frente ao espelho da sala, fornecendo a percepção visual do corpo no espaço, possibilitando a interação entre imagem e esquema corporal, que através de trocas posturais, movimentações no espaço e formações coreográficas permite acessar também outros fatores. O espelho se mostrou um aliado e ao mesmo tempo um sabotador. Aliado para corrigir posturas, sincronizar os movimentos do grupo e despertar a autoimagem e senso de capacidade. Sabotador ao facilitar as repetições da movimentação realizada pela professora sem precisar acessar a memória, motivo pelo qual é solicitado que o grupo fique de costas para o espelho e as alunas sejam desafiadas a não só relembrar os passos, como também se sentirem autoconfiantes com seu próprio desempenho.

A DV tem por característica a elegância e a sensualidade, que através do trabalho corporal e a percepção individual de cada praticante contribui para a elevação consciente ou inconsciente da autoestima. Após cinco meses de DV uma das monitoras já conseguia usar figurinos que mostrassem a barriga, coisa que antes não fazia. Uma aluna relatou que não andava de *legging* na rua:

*“[...] Eu não saía de legging na rua de jeito nenhum, e andava na rua segurando a mão, agora mais não, eu ando na rua de legging e com a mão solta[...]*”.

Foi observado nos relatos que o processo da dança tornou as alunas mais conscientes de seus corpos, passando a respeitá-los e aceitá-los como são, contribuindo inclusive para a diminuição da timidez e melhora da comunicação e criatividade.

Neste processo peculiar, a relação delinea-se principalmente no âmbito da horizontalidade, onde todas as alunas são estimuladas aos novos movimentos corporais, interpretação de músicas, ritmos e coreografias inéditas, e, assim, ampliando o seu repertório sociocultural, arcabouço físico-motor e psíquico. Ou seja, cada uma em sua subjetividade, é convidada a mergulhar em um universo desconhecido, desmistificar padrões corporais e de comportamento impostos pela sociedade, desconstruir os próprios tabus com relação ao lugar do “ser feminino”, com vistas ao autoconhecimento e (re)criação de si mesma.

Em sua forma terapêutica, a dança do ventre possui, em sua essência, a ordenação dos movimentos no tempo e no espaço, respeitando a singularidade de cada ser, e, exercendo a Terapia Ocupacional em sua forma mais pura, são valorizadas as potencialidades do

sujeito em uma atividade significativa, possibilitando a aceitação de suas limitações, sejam elas físicas, cognitivas ou sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos relatos sobre o efeito da prática da dança do ventre, é possível inferir a efetividade dessa modalidade como um potente recurso terapêutico. O grupo de estudos cumpre uma função relevante ao problematizar os casos e proceder a discussão clínica, que embasa a prática. Vale salientar que as monitoras da turma assumem dupla função: elas aprendem ao mesmo passo que ensinam, que é a função principal do Grupo de Estudo “Dança do Ventre e Terapia Ocupacional”. Entender que utilizar o recurso da dança não exige uma ultra especialização ou a necessidade de se tornar uma bailarina profissional para, então, utilizar a dança como ferramenta terapêutica. O grupo de estudos nasceu para fortalecer a categoria profissional e incentivar que outras terapeutas ocupacionais possam se apropriar minimamente da técnica da dança do ventre, para, então, com o conhecimento sobre inclusão social e componentes do desempenho ocupacional, possam incluir essa ferramenta no fazer profissional.

Neste contexto, a relação entre monitoras e alunas é representada por uma troca de saberes, pois, a aluna com deficiência sinaliza para a monitora suas especificidades, indicando o que necessita adaptar ou modificar no movimento original da dança. Esse acompanhamento tão eficaz não seria possível de ser realizado apenas pela professora, visto que durante a aula a mesma direciona sua atenção para a condução geral do grupo e, possivelmente, esses detalhes passariam despercebidos. Assim, a Dança do Ventre pode ser considerada um recurso Terapêutico, Artístico e de Inclusão.

## **REFERÊNCIAS**

BRAGA, V. E. B. **O resgate do feminino através da Dança do Ventre: uma forma de ser e estar no mundo**. São Paulo, Unicid, 2008.

CASSIANO, J. G; et al. **Dança sênior: um recurso na intervenção terapêutico-ocupacional junto a idosos hígidos.** RBCEH, Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 204-212, maio/ago. 2009

COFFITO. Resolução nº 8. **Aprova as normas para habilitação ao exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional e dá outras providências.** Diário oficial da união, Brasília, 1978.

HOLANDA. **A Inclusão Social e Sua Estratégia.** PUC- RIO, p- 175 1993

LYZ, S. **Dança do Ventre - Descobrindo sua Deusa Interior.** São Paulo: Berkana, 1999.

OPAS; OMS; USP. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF.** Faculdade de Saúde Pública. São Paulo: EDUSP, 2003.